

GREVE DE 2025: QUANDO A BASE PETROLEIRA SE LEVANTA E IMPÕE LIMITES AOS ATAQUES DO ALTO ESCALÃO DA PETROBRÁS

O ano de 2025 ficará marcado como um divisor de águas na história recente da categoria petroleira. Após anos de insatisfação acumulada, ataques sucessivos a direitos e uma política permanente de austeridade, a greve de dezembro explodiu como um grito represado. O movimento revelou algo fundamental: a disposição de luta nunca foi derrotada — apenas con-tida à força.

Sob a gestão da Petrobrás, presidida por Magda Chambriard, a empresa aprofundou uma política que escancara suas verdadeiras prioridades. Apenas em 2025, foram aprovados R\$ 12,16 bilhões em pro-ventos aos acionistas, somando-se a ou-tros repasses bilionários ao longo do ano. Enquanto isso, oferecia como “proposta” um irrisório 0,5% de ganho real, sem re-composição das perdas históricas. Um verdadeiro deboche diante de resultados bilionários.

Essa contradição foi o estopim da greve. Incapaz de convencer pela via negocial — já que oferecia quirela a quem produz um banquete — o alto escalão da companhia respondeu com intransigência. Sob a ba-tuta de Magda Chambriard, a Petrobrás optou por tratar sua própria força de tra-balho como obstáculo a ser removido, e não como sujeito de direitos. É ainda mais grave quando se lembra que Magda já es-teve do outro lado da mesa, como traba-lhadora petroleira. O cargo, ao que tudo indica, não apenas distanciou — apagou memórias, valores e compromissos de classe. O que se viu foi uma gestão que age como se nunca tivesse vivido a rea-lidade do chão de fábrica, substituindo diálogo por imposição e negociação por ameaça.

A empresa só começou a fingir dispo-sição para negociar quando, sob o grito “Menos Acionistas, Mais ACT”, a produção passou a ser diretamente afetada e as uni-dades ficaram reféns de grupos de contin-gência improvisados, formados por pele-gos despreparados e colocadas ali apenas para tentar quebrar a greve a qualquer custo. Até então, o que imperou foi o auto-ritarismo: desrespeito sistemático, assédio cotidiano e práticas abertamente antissin-dicais, com gerências transformadas em verdadeiras máquinas de moer gente.

Sem conseguir impor sua vontade na mesa de negociação, a direção da Petro-brás recorreu de forma covarde ao Judi-cário. Encerrou unilateralmente qualquer

tentativa de composição e ajuizou um dis-sídio coletivo junto à Justiça do Trabalho, empurrando goela abaixo dos sindicatos muitas estratoféricas para tentar intimi-dar grevistas e direções sindicais. Ficou explícito que, quando não consegue ven-cer no diálogo, a alta cúpula joga baixo para alcançar seus objetivos.

A greve de dezembro de 2025 entra para a história como a mais importante desta geração petroleira. Muitos dos grandes lutadores de outros movimentos histó-ricos hoje estão aposentados, mas uma nova geração assumiu o protagonismo. Trabalhadores e trabalhadoras mais jo-vens, muitos com pouco tempo de casa, sustentaram 16 dias intensos de piquetes, enfrentaram pressões e demonstraram que a chama da luta não se apagou — foi passada adiante.

Trata-se de uma das maiores greves dos últimos anos em nível de adesão e partici-pação. Um movimento orgânico, visceral, construído de baixo para cima e protago-nizado exclusivamente pelos trabalhado-res e trabalhadoras, cansados de produzir muito e receber pouco. Não foi uma greve imposta ou conduzida por convencimento vertical de sindicatos ou federações, mas encabeçada pela própria base.

É fundamental destacar também a Vi-gília dos Aposentados, Aposentadas e Pensionistas, parcela historicamente dis-criminada da categoria, que carrega, a cada ACT, o acúmulo de perdas e ataques sistemáticos. Mesmo tratada pelo alto es-calão da Petrobrás como um problema a ser empurrado para fora da mesa de ne-gociação, essa parcela da categoria teve papel decisivo na greve. A mobilização permanente contra os PEDs, pela cobran-ça da dívida que a empresa tem e contra a migração compulsória começou antes mesmo da deflagração da greve e se man-teve durante todo o movimento. A presen-ça firme de aposentados, aposentadas e pensionistas, acampados em frente ao Edisen, no Rio de Janeiro, expôs a postu-ra excludente da empresa e impediu que a gestão varresse para debaixo do tapete um dos conflitos mais graves produzidos pela própria Petrobrás.

Ainda assim, é inegável que a Federação Nacional dos Petroleiros saiu maior do que entrou da campanha de 2025. Ao atu-ar de forma independente de governos e da gestão da empresa, consolidou-se como uma alternativa real de representa-

ção nacional da categoria.

Apesar da conduta autoritária de Magda Chambriard e de seu séquito no alto esca-lão da Petrobrás, houve avanços, sim. Não por iniciativa da empresa, muito menos por sensibilidade social da gestão, mas porque a greve impôs limites à sanha de ataques. Cada conquista arrancada foi re-sultado direto da paralisação, da pressão e da disposição de enfrentamento da ca-tegoria — jamais de boa vontade de uma direção que escolheu proteger dividendos e esmagar direitos.

A greve arrancou da empresa uma nova proposta ainda durante o período de pa-ralisação, conteve ataques mais profun-dos e garantiu conquistas parciais. Tam-bém forçou compromissos, como a busca por uma solução para os PEDs, ainda que a Petrobrás siga, de forma deliberada, mantendo aposentados, aposentadas e pensionistas à margem das negociações.

Como resultado direto da mobilização, ficou estabelecido que metade dos dias de greve será abonada e a outra metade descontada, com possibilidade de com-pensação via banco de horas, sem qual-quer punição, perseguição ou transferên-cia, e sem reflexos na vida funcional dos trabalhadores e trabalhadoras que parti-ciparam do movimento.

Ao mesmo tempo, é preciso dizer sem rodeios: a empresa se recusou a fazer jus-tiça salarial. Não houve reposição digna; o chamado “ganho real” foi vergonhoso e, de maneira ainda mais criminoso, negado aos aposentados, aposentadas e pensionistas. O teletrabalho seguiu sendo um bode na sala, enquanto temas centrais como os PEDs, o Plano de Cargos e a carreira foram empurrados para gavetas sob o rótulo vazio de “compromissos” e “grupos de trabalho”. Pior: a Petrobrás impôs retrocessos claros, como os custos da APS, reajustes diferen-ciados que penalizam ainda aposentados e a supressão de folgas. Nada disso será esquecido. Esses ataques seguem abertos e continuarão sendo enfrentados com luta, organização e mobilização.

O maior ganho, no entanto, foi político. Durante 16 dias de greve, as bases de-monstraram força, unidade e capacidade de paralisar setores estratégicos. O país voltou a enxergar uma categoria organiza-da e combativa — algo que muitos acre-ditavam não existir mais, ainda mais sob um governo liderado por um presidente de origem operária.

Um dos episódios mais marcantes dos últimos dias de greve foi a rebelião de im-portantes bases da Federação Única dos Petroleiros: o Sindipetro Ceará/PiauÍ, o Sindipetro Minas Gerais, o Sindipetro Nor-te Fluminense, o Sindipetro Espírito Santo e o Sindipetro Caxias, que se recusaram a seguir o indicativo da direção de aceitar a proposta da empresa e optaram por man-ter a greve.

Essas derrotas empurradas goela abaixo da FUP escancararam o repúdio crescente ao sindicalismo de conciliação, de con-chavo com a empresa e completamente distante da realidade vivida nas unidades de terra e mar.

Era legítima — e plenamente possível — a luta por aumento real. Poderíamos ter ar-rancado conquistas mais amplas se não fosse a decisão da FUP de desmontar a gre-ve justamente no seu momento mais madu-ro. Trata-se do mesmo modus operandi de sempre, que fragiliza a mobilização quando ela atinge seu ponto de maior força.

Ainda assim, diferentemente de outras campanhas salariais, o encerramento da greve não pode gerar frustração, apatia ou sensação de derrota. O sentimento predomi-nante tem de ser de vitória política e moral. A categoria saiu mais consciente, mais organizada e muito mais preparada para os enfrentamentos que virão.

Essa greve também foi um acerto de contas com o passado recente. Após qua-tro anos de um governo de direita que tentou desmontar o sistema Petrobrás, vendeu ativos a preço de banana, ata-cou direitos, negligenciou vidas durante a pandemia e impôs um plano de “resili-ência”, os petroleiros deixaram claro que não aceitarão que esses ataques sejam normalizados — muito menos aprofunda-dos — pela atual gestão.

A mensagem está dada: a Petrobrás não é apenas uma empresa que distribui dividendos. Ela é fruto da luta da classe trabalhadora. As futuras gestões pensarão duas vezes antes de tratar petroleiros e petroleiras com tamanho descaso. A greve de 2025 provou que a história pesa e que, quando a base se levanta, o jogo muda.

Por fim, a categoria precisa permanecer mobilizada, já que o plano de cargos e sa-lários está às portas, e será fundamental para avançarmos na negociação e, assim, garantir a verdadeira valorização de quem constrói a empresa. Parabéns a toda a ca-tegoria petroleira! *Fonte: FNP*

POSICIONAMENTO DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA SOBRE OS DIAS PARADOS NA GREVE

Durante a greve de 2025, parte da categoria solicitou que o Sindipetro-LP arcasse com o pagamento dos dias de greve que eventualmente viessem a ser descontados nos contracheques. Diante dessa demanda, a Diretoria do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista se reuniu em 27 de janeiro de 2026, após os efeitos da greve já estarem lançados nos contracheques dos trabalhadores.

Primeiramente é necessário salientar que o Sindipetro-LP existe para organizar a luta coletiva, sustentar mobilizações, garantir assessoria jurídica, promover formação política e defender permanentemente os direitos da categoria. No Litoral Paulista, há um fundo de greve criado e regulamentado por decisão de assembleia, com critérios próprios e gestão realizada por uma instância eleita da própria categoria. Esse fundo cumpre um papel estratégico e solidário fundamental: garantir apoio a trabalhadores e trabalhadoras que venham a ser punidos em decorrência da greve, protegendo quem sofre as formas mais duras de retaliação. Esse modelo reforça o caráter coletivo, democrático e responsável da utilização dos recursos, não havendo no Sindipetro-LP outro modelo de ressarcimento.

Em que pese a cultura de um ou outro sindicato promover algum tipo de ressarcimento parcial diante dos dias parados da greve, a grande maioria não adotou essa prática. O Sindipetro-LP respeita integralmente as decisões de outras entidades sindicais que adotaram estratégias diferentes em relação ao ressarcimento. Cada sindicato atua conforme sua reali-

dade, seu histórico de lutas, suas bases e suas decisões soberanas. A divergência de métodos não diminui a legitimidade de nenhuma organização.

No Litoral Paulista, há ainda um fator determinante que precisa ser considerado. Além da nossa decisão coletiva estratégica de ter um fundo de greve, nossa base tem um perfil específico de mobilização no qual 100% das unidades aderiram à greve, ou seja, plataformas, refinaria, termoeletrica, unidade de tratamento de gás, terminais e prédios administrativos. É importante salientar que essas unidades iniciaram e encerraram a greve de forma unificada, do primeiro ao último dia. Isso significa que tivemos mais trabalhadores em greve e por mais tempo, o que amplia de forma significativa o impacto financeiro caso adotássemos a estratégia de ressarcimento. O volume de recursos necessário tornaria essa prática inviável, comprometendo a capacidade do nosso Sindicato de seguir organizado e atuante.

A contribuição assistencial aprovada para os trabalhadores não sindicalizados, quando for arrecadada e a depender do montante efetivamente captado, será destinada a ajudar a quitar parte dos custos coletivos da Campanha Salarial 2025, que somaram aproximadamente R\$ 1 milhão. Esses recursos têm como objetivo garantir que o Sindipetro-LP permaneça estruturado para enfrentar disputas jurídicas, novas rodadas de negociação e futuras mobilizações. É importante ressaltar, no entanto, que a contribuição assistencial, no nosso caso, não será suficiente para cobrir 100% dos gastos da campanha salarial, funcionando como

um apoio parcial dentro de um esforço coletivo mais amplo.

A greve de 2025 produziu resultados concretos e mensuráveis. Metade dos dias parados foi abonada, e houve garantia formal de que não haverá punições ou retaliações aos grevistas — um elemento central de proteção coletiva. Além disso, houve um acréscimo na renda anual de 2026 entre 15% e 18% para cada trabalhador.

Aprofundando mais sobre a luta e os dias parados

O Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista não fará o ressarcimento dos dias de greve. Essa decisão não decorre de negligência ou falta de compromisso com a categoria. Trata-se de uma escolha política, coletiva e consciente orientada pela necessidade de fortalecer a organização sindical, preservar sua autonomia e garantir capacidade real de enfrentamento diante dos ataques presentes e futuros.

Se o ressarcimento virar decisão simples e habitual de Diretoria, existe o risco de despolitização da greve. Parte da categoria pode passar a enxergar a paralisação como um evento “sem custo”, quase administrativo, e não como um confronto real entre trabalho e capital. Isso pode enfraquecer a consciência de classe, porque a greve deixa de ser percebida como uma ruptura necessária e passa a ser tratada como algo mediado financeiramente pelo sindicato. Além disso, cria-se uma dependência perigosa: a luta fica condicionada à capacidade financeira da entidade, e não à disposição política da base.

Outro ponto sensível é que o ressarci-

mento pode deslocar o eixo da responsabilidade. Em vez de a categoria pressionar a gestão da Petrobrás — que é quem desconta e ataca o direito de greve —, o foco acaba recaindo sobre o Sindicato: “vai pagar ou não vai?”. Isso pode ser usado pelo alto escalão da empresa de forma perversa, estimulando o desconto justamente para estrangular financeiramente a organização sindical ao longo do tempo e forçar o Sindicato a interromper greves por falta de dinheiro em caixa.

Do ponto de vista da consciência da luta de classes, o efeito depende de como isso é feito e explicado.

Quando o ressarcimento é apresentado como expressão de solidariedade de classe, construído com fundo coletivo, aprovado em assembleia, como é o caso do fundo da ABCP, que foi criada pela categoria e que tem regras específicas, e vinculada a uma estratégia política clara. Fica evidente que os trabalhadores só se protegem porque estão organizados, e não porque alguém “resolveu bancar”. O ressarcimento puro e simplesmente quando é tratado como um benefício, quase um “direito adquirido” da greve, sem debate político, ele tende a enfraquecer o caráter de enfrentamento da paralisação. A greve, historicamente, sempre foi também um risco — e é esse risco compartilhado que cria identidade de classe.

Ser transparente sobre o não ressarcimento fortalece a organização sindical. Um sindicato forte é aquele que atua com clareza política, sustenta a luta coletiva e preserva as condições materiais e organizativas necessárias para seguir enfrentando a empresa.

PLR 2019: DIREÇÃO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS SE REÚNE COM A PETROBRÁS PARA DISCUTIR IMPASSE NO ACORDO

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), acompanhada por seu corpo jurídico, reuniu-se com representantes da Petrobrás no dia 4 de fevereiro para tratar dos termos do acordo da PLR 2019.

O processo tem previsão de homologação no Tribunal Superior do Trabalho (TST) para o próximo dia 24 de fevereiro, mas pontos cruciais ainda separam as partes.

O foco central da divergência é a tentativa da Petrobrás de extinguir a ação coletiva de forma irrestrita. A FNP defen-

de que o acordo seja pago a todos que aceitarem a proposta da empresa em assembleia, mas resguarda o direito daqueles que decidirem não aderir, permitindo que estes sigam com a ação judicial e eventual execução futura.

Pontos de Atenção

Vantajosidade para a companhia: A FNP pontuou que o valor de R\$ 6.045,00 proposto pela Petrobrás já representa uma vantagem financeira para a empresa, ao antecipar o pagamento referente a 3/12

(três doze avos) de 2019.

Risco aos trabalhadores: A Federação Nacional dos Petroleiros alertou que a proposta atual da Petrobrás — extinguir a ação coletiva independentemente do número de adesões individuais — torna o cenário desvantajoso para a categoria.

Busca por equilíbrio: O corpo jurídico da FNP reforçou a necessidade de aprofundar o debate para garantir que o acordo seja equilibrado e respeite a vontade soberana de cada petroleiro.

A FNP acredita que o formato proposto

pela Petrobras é prejudicial. Precisamos de um acordo que seja realmente vantajoso para ambas as partes e que não anule o direito de quem optar por não aderir agora.

A FNP orienta os trabalhadores a acompanharem de perto as atualizações deste caso nas próximas semanas e a consultarem os canais oficiais de seus respectivos sindicatos para mais informações sobre as assembleias e o andamento da pauta no TST.

FNP, A LUTA É PRA VALER! Fonte: FNP